

PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU (1991-2019)¹

Mamadú Djaló²

RESUMO

O presente artigo analisa o processo da democratização da Guiné-Bissau. Alcançamos este objetivo através da pesquisa documental e da análise da bibliografia existente acerca da vida política da Guiné-Bissau, do processo de democratização, de golpes de Estado, de Sistemas de governos e da violação da constituição da República, transversalmente das usurpações de poderes. A Guiné-Bissau tem vivenciado crises político-militares constantes nos últimos vinte e cinco anos, caracterizadas por crises de governos eleitos, dificuldades do partido no poder em formar governo e governar, golpes de estados. Constatei que a democratização do país tem um longo caminho a percorrer, necessitando consolidar as instituições e procedimentos democráticos, distinguindo e separando os poderes e as competências dos cargos políticos e executivo. Concluí que o sistema de governo Bissau-guineense, que é semipresidencialismo não é compatível com os poderes que a constituição da República dão os chefes de Estado da Guiné-Bissau.

Palavras-chaves: Democracia - Guiné-Bissau. Guiné-Bissau - Política e governo - 1991-2019.

ABSTRACT

This article analyzes the process of democratization of Guinea-Bissau. We achieve this by analyzing the existing literature on Guinea-Bissau's political life, the process of democratization, coups d'états, systems of governments and the violation of the constitution of the Republic, across the usurpations of powers. Guinea-Bissau has experienced constant political-military crises for the past twenty-five years, characterized by crises of elected governments, difficulties of the ruling party in forming and governing, coups d'états. I noted that the democratization of the country has a long way to go, needing to consolidate democratic institutions and procedures, distinguishing and separating the powers and competencies of political and executive positions. I concluded that the Bissau-Guinean system of government, which is semi-presidentialism, is not compatible with the powers that the constitution of the Republic gives Guinea-Bissau's heads of state.

Keywords: Democracy - Guinea-Bissau. Guinea-Bissau - Politics and government - 1991-2019.

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Ercílio Neves Brandão Langa.

² Bacharel em Humanidades em 2017, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e licenciando em Ciências Sociais pela mesma universidade.

1 INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país localizado na costa ocidental africana, com uma superfície total de 36.125 quilômetros quadrado, faz a fronteira com Senegal ao norte e ao leste e sul com a Guiné-Conakri e oeste com Oceano Atlântico. O país conta com uma população estimada em 1,6 milhão.

A língua oficial é portuguesa. É falada por uma porcentagem pequena da população e grande número dos guineenses falam crioulo e as outras línguas dos diferentes grupos sociais: Papeis, Manjaco, Fulas, Balantas, Mandingas, Mancanhas, Beafadas, Bijagós, etc. Em termos geográficos é subdivididas em oito regiões (Biombo, Bafata, Gabú, Cachéu, Oio, Quinara, Bolama e Tombali) e Bissau que é setor autônomo e também é a capital política da Guiné-Bissau.

Sendo uma antiga colônia portuguesa que conquistou a independência em 1974, depois de muitos anos de luta armada para a libertação nacional. Após a independência vivenciou um período de regime de partido único - onde o Estado era centralmente planejado - de orientação socialista e logo nos primeiros anos da sua independência foi atropelado por um golpe de Estado em 1980. Na década de 1990 aderiu ao multipartidarismo e ao regime democrático. Entretanto, os últimos vinte e cinco anos tem sido marcados por instabilidades político-militares, golpes de Estados, nos quais, nenhum governo eleito conseguiu terminar o mandato. Este país africano, como é conhecido no mundo afora, das suas constantes instabilidades políticas desde o seu surgimento como Estado independente.

Nas últimas duas décadas, a Guiné-Bissau tem vivenciado instabilidade política e social, como: dificuldades em formar governo saídos das eleições, disputas de poder e competências nos cargos executivos, assassinatos de figuras públicas, como políticos, militares de alta patente e líderes da sociedade civil. Como podemos ver, no conflito político-militar de 7 de junho de 1998.

A partir de 1994, se realizou a primeira eleição geral na Guiné-Bissau, portanto, o país entrou oficialmente no regime democrático. As eleições de 1994, ganha pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) e o seu candidato à presidência, João Bernardo Vieira (Nino Vieira)³, não conseguiram trazer as mudanças socioeconômicas; o segundo pleito aconteceu em 1999, o Partido de Renovação Social (PRS)

³ Nino Vieira foi antigo comandante na guerra da libertação nacional e também chefe de Estado Maior das Forças Armadas, Primeiro-Ministro e Presidente da República de 1980-2009.

e o Kumba Yala, candidato apoiado pelo mesmo partido subiram ao poder e também sem sucessos e foram derrubado pelo golpe de Estado de igual forma com PAIGC.

Portanto, de 2004 à 2018, todas as eleições legislativas realizada na Guiné-Bissau foi ganha pelo PAIGC e só em 2005 que o candidato apoiado pelo esse partido (Malam Bacai Sanhã) não foi eleito de resto todos foram eleitos, mas até hoje não houve nenhuma mudança que pode inverter a situação péssima que a população guineense se vive; há falta de pagamentos de salários no aparelho de Estado, greves, disputas de competências entre presidente da República, ministros, presidente do partido e interferência dos militares nos assuntos políticos que acabam piorando a vida social da Guiné-Bissau.

Este trabalho será dividido em três seções: na primeira seção faremos uma problematização do conceito da democracia, na segunda discutiremos o período depois da independência e finalmente na terceira seção analisarei a democratização da Guiné-Bissau.

Para elaborar este artigo utilizamos como métodos o levantamento bibliográfico, pesquisa documental acerca dos processos históricos e democráticos do país. A discussão que o texto apresenta faz parte dos caminhos teóricos que foram constituídos por diversos autores que abordarem sobre temas ligados a democracia.

2 PROBLEMATIZAÇÃO DO CONCEITO DA DEMOCRACIA

A presente seção problematiza a democracia nos países não ocidentais. Todavia, a democracia deveria ser um regime de governo que permite a participação de todas as classes sociais nas decisões das coisas públicas, bem como, a inclusão e participação delas na construção dos direitos fundamentais da pessoa humana (direitos individuais, coletivos, sociais e políticos).

Mas só que a democracia não consegue respirar o ar interno pensada nas suas fases embrionárias, mesmo na antiga Grécia não era praticada de uma forma inclusa e continua com essas brechas na contemporaneidade, por exemplo, os EUA que se autoproclama o país mais democrático do universo, os votos dos eleitores não elegem diretamente os seus candidatos, mas sim, servem para eleger os delegados no colégio eleitoral e, estes que representarão os seus eleitores na escolha final de quem será presidente da República.

Portanto, cada democracia deve seguir as realidades sócio-culturais dos seus países e não é importa-la da outra conjuntura. Pois o exemplo da democracia norte-americana nos revela que a sua é diferente dos outros países.

Segundo as narrativas, de Norberto Bobbio (2000), Robert Dahl (2012), Joseph Schumpeter (1961), Luis Felipe Miguel (2002) entre outros, a democracia surgiu na antiga Grécia em meados antes do cristo, a palavra democracia (*demokratia*) etimologicamente “significa o governo do povo” na língua grega. O conceito é composto por “*demo*” + “*kratos*”, a primeira palavra significa povo e a segunda poder. Nessa ótica, a democracia como o governo do povo as decisões políticas devem ser tomadas pela população, através do sufrágio universal.

A democracia como regime político ou organização social, paradoxalmente, não consegue nos revelar a sua verdadeira representatividade do povo. Porque ela carrega, desde antiguidade, algumas contradições, já que, em seu desenvolvimento na cidade de Atenas, os escravos e as mulheres não tinham direito a voto, estes não eram considerados cidadãos, ou seja, existem categorias de pessoas que não usufruíam dos direitos garantidos pela cidadania. Portanto, nota-se que a ideia da democracia, na antiguidade clássica, nasce excluindo uma grande parcela das população que vivia na Cidade-Estado ateniense das decisões da *Res Publica*.

Na contemporaneidade a democracia é entendida como regime político que se forma a partir das escolhas livres e conscientes da maioria da população. Por isso, a democracia hoje não se restringe só no campo político, mas se manifesta em várias vertentes sociais, ou seja, ela carrega alguns princípios fundamentais para poder combater e extinguir as desigualdades sociais, como: direitos políticos iguais, liberdade de expressão, entre outros direitos. Não obstante, mesmo ela nos proporciona alguns direitos e deveres, mas não passa de um regime político que merece algumas críticas, pois esse sistema político restringe ao próprio povo, porque o poder deste acaba após de exercer o seu direito cívico, isto é, quando ele deposita o seu voto na urna. Como frisaram os autores da corrente elitista (Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels), que sempre existe uma minoria governante e uma maioria governada.

Para Dahl (2000), o conceito democrático como “governo do povo” nos momentos recentes é simples ilusão e ao mesmo tempo se assemelha com o período que ela foi instituído na antiga Grécia ela não inclui toda classe social, e também era restrito a um número de habitantes e cidades, porque nas suas percepções a democracia não podia abarcar uma grande quantidade das pessoas e também limitava as pequenas cidades. É nesse sentido, que o autor reiterou que existia a democracia em cidades da Grécia antiga e não podia se dizer da democracia grega, mas sim, democracia de Atenas, de Coríntia entre outras.

De acordo com Felipe Miguel (2002), a ideia da democracia que herdamos da antiga Grécia, nos leva a um dilema em termos conceituais: de um lado entendemos ela como o governo do povo e de outro como processo eleitoral como meios para legitimar os governantes. O presente autor traz à tona a visão dos autores da corrente elitistas, Mosca, Pareto e Michels, que vão afirmar que a desigualdade é natural e, que as atuações dos movimentos socialistas que pensam numa sociedade mais igualitária são ilusórias. Para os elitistas sempre vai haver desigualdade social e em especial a desigualdade política, porque existe uma minoria dirigente e uma maioria governada, e ainda, segundo eles a democracia como o governo do povo é uma imaginação. Como podemos ver na citação seguinte de Norberto Bobbio:

No seu descritivo, por democracia dos antigos entendiam a democracia direta, os modernos, a democracia representativa. Quando falamos de democracia, a primeira imagem que nos vem à mente é o dia das eleições, longa filas de cidadãos que esperam a sua vez para colocar o voto na urna. Em suma, o voto, a qual se costuma associar o relevante ato de uma democracia atual, é o voto não para decidir, mas sim para eleger que deverá decidir. (BOBBIO, 2000 p. 371-372)

A citação anterior traz explicações claras do que seria a democracia na contemporaneidade, ou seja, a denominada “democracia representativa” que na sua forma mais nítida não representa as massas e nem os interesses coletivos, a não ser os interesses das elites. Ora, muitas das vezes o povo sente-se motivado quando as eleições se avizinham, pois entendem esse período como o momento da mudança e conseqüentemente eles serão as pessoas que decidem os destinos de cinco ou quatro anos dos seus referidos países.

Na Guiné-Bissau, nos períodos próximos as eleições, é possível enxergar alegria nos rostos das pessoas, pois essas veem as eleições como o momento da liberdade, tendo em conta que nunca um governo conseguiu chegar ao fim do seu mandato e nessa conjuntura não tem como executar uma política pública voltada as classes necessitadas. Assim, a população guineense constantemente se encontra presa na esperança ilusória, que depois das eleições a situação caótica que o país vive mudará, mas os sucessivos golpes de estado – quer seja militar ou por decretos - pode ser uma das causas do não cumprimento das promessas eleitorais, que pautam o desenvolvimento, bem-estar social, educação e segurança para todos os cidadãos.

Do mesmo modo, as asserções de Qathafi (2002) fornecem críticas ao molde da democracia ocidental, que segundo ele é exógeno ao continente africano e, essa democracia vinda do velho continente carrega dentro dela a ditadura. Se analisarmos bem um embate

político que conduz a vitória de um determinado candidato, por exemplo, 51% do conjunto de eleitores leva num sistema de ditadura, sob um disfarce democrático. Na sua expectativa, aquele 49% da população que votou favorável ao candidato/a derrotado/a vai ser governado pelo o candidato/a ou partido que ele/a não elegeu. Além disso, Qathafi (2002) considera as assembleias parlamentares como um espaço de representação ilusória do povo, porque eles não representam o povo, mas sim, os seus interesses e dos seus partidos. De acordo com ele, não pode existir o substituto para o poder do povo.

Enquanto, para Schumpeter (1961), um dos autores que debruçaram detalhadamente sobre esse regime político, considera que não existe nenhuma dificuldade em entender a democracia, a não ser a forma de tornar fácil o seu funcionamento. E ainda, na expectativa desse autor é necessário afirmar que o pressuposto que a democracia carrega em si não seria a forma mais justa de governar, mas poucas pessoas prefeririam um outro tipo de organização política e social. Então, se alegação deste, traz evidências claras de que a democracia não é tão ideal como ela é apresentada para as massas, muito embora é menos violenta em relação aos outros regimes políticos e sociais.

Nos momentos atuais a democracia perpassa os campos da eleição dos governantes, mas se estende em várias vertentes sociais, que acarreta em nós uma visão de uma sociedade mais ou menos igualitária, pois se embasa nos princípios da proteção aos direitos considerados fundamentais, oportunidade de participar da vida política e econômica, liberdade de se expressar, liberdade religiosa, etc. Todavia, apesar de buscar uma sociedade mais justa, igual e transparente, não escapa de cair nas suas contradições ideológicas⁴.

Schumpeter define a democracia como um método, um sistema institucional, para tomada de decisão políticas, no qual indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do leitor. Num regime democrático, Schumpeter defende que o eleitorado deve possuir o poder de decidir sobre assuntos políticos. Uma terceira condição é aquela que deve dar espaço as minorias numa democracia, para que, dependendo da situação política, elas possam ter seus interesses transformados em projetos de ação política (SCHUMPETER apud FERNANDES, 2015 p. 16).

No regime democrático que o mundo experimenta nos momentos atuais, dificilmente as massas conseguem ter poder de decisão, efetivamente, pois elas estão sob a representatividade ilusória, que nunca lhes permitem livremente decidir sobre as ações sociais

⁴ Na plena democracia existe uma onda de violação dos direitos humanos, isto é, as pessoas estão sendo perseguidas e assassinadas só porque tem a ideologia política e religiosa diferentes dos outros.

e políticas públicas que almejam. Portanto, em termos analíticos as democracias não passam de regimes políticos onde as elites manipulam as massas para legitimarem as suas decisões.

Na maioria dos países africanos, os dias após as eleições são de agitações. Alguns autores, como Nóbrega (2015), Cardoso (1995) e Amado (2005) afirmam que as dificuldades não residem só em mobilizar os recursos para a realização das eleições, mas as conturbações maiores começam nos dias depois das votações, pois começam as dúvidas se os políticos concorrentes legitimarão os resultados, a fim do candidato vencedor agilizar a formação da sua equipe governativa.

No caso da Guiné-Bissau, todas as eleições foram duramente contestadas e várias vezes os candidatos e partidos que ficaram na segunda posição são aconselhados a aceitar os resultados eleitorais. Como salientou Nóbrega (2015), quem acompanha os processos eleitorais em África, sabe que os dias mais difíceis não são os dias antes da votação, mas sim, os dias após. Porque em África temos problemas pré-eleitorais (falta de dinheiro para organizar e realizar as eleições, o próprio recenseamento eleitoral com fraudes, a votação de membros para Comissão Nacional de eleições). Durante a campanha eleitoral (violência, mortes, assassinatos, utilização de meios estatais para campanha eleitoral e propaganda eleitoral), esses conjuntos de violações levam os partidos nas conturbações e reclamações depois das eleições.

As discussões realçadas nessa seção nos permitem entender que a democracia como a forma de organização social, onde o poder das decisões, ou de legitimar, provém do povo, ou seja, que as decisões da maioria devam prevalecer perante a minoria. No entanto, podemos descartar a ideia de que existe só um modelo da democracia, existem democracias, pois a vigente nos EUA é diferente da democracia vivida aqui no Brasil, assim como, na Guiné-Bissau.

A seção seguinte trará à tona uma análise do período depois da independência, as relações entre a direção do partido único e a ala militar, bem como, irá discutir quais eram as relações entre a ala cabo-verdiana, que são na sua maioria dirigentes do partido, e a parte guineense pertencente as Forças Armadas Revolucionário do Povo (FARP). Depois da independência piorou as desavenças que tinha iniciada nas matas (a guerra da libertação nacional se realizou nas florestas do país e depois estendeu às cidades), que foram mal resolvidas e, que depois desembocou nos momentos da ascensão do partido ao poder.

3 PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA NA GUINÉ-BISSAU

Após de 11 anos de luta armada de libertação contra a colonização portuguesa. O comandante militar João Bernardo Vieira, mais conhecido por “Nino Vieira foi quem leu a carta da proclamação da independência no dia 24 de Setembro de 1973. A partir desse momento mais de oitenta países reconheceram a Guiné-Bissau como um Estado novo, embora Portugal só ter reconhecido a independência total da Guiné um ano depois.

Segundo Leopoldo Amado (2005), apesar do Partido Africano para independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) ter efetuado uma longa e brilhante luta para libertação nacional, acabou por engendrar a violência, fruto da herança negativa deixada pelos colonizadores. Com isso, as relações sociais, assim como a luta pelo poder passa a ser marcada pela violência. A maioria das pessoas recrutadas a participar no processo da luta eram camponeses e careciam de uma preparação militar, isso acabou desenvolvendo na sociedade contemporânea guineense uma cultura de resolver os problemas de uma forma perversa. A ausência do diálogo é verificada em vários setores sociais, para esse autor, a duração de onze anos da guerra contra o exército português marca a violência social, mesmo para os que não participaram diretamente dela.

Nesta senda, o partido libertador ascendeu o poder com algumas contradições entre a ala guineense e cabo-verdiano, pois a luta da libertação foi protagonizada pelas duas nações. Segundo Amado (2005), Cardoso (1995), Jauará (2006), a ala cabo-verdiana era mais prestigiada, pois esses eram, na maioria, dirigente do PAIGC porque maioritariamente são escolarizadas, enquanto os guineenses que estavam no partido tinham pouco nível escolar ou eram menos esclarecidos. A estes restavam as vagas nas casernas, ou seja, eram na maioria soldados.

Portanto, como podemos ver, a colonização portuguesa na África foi diferenciada, em alguns países mais violentas e em outros menos. Na Guiné-Bissau, ela foi severa e cruel, principalmente com intervenções no acesso à educação pelos guineenses. O primeiro liceu foi criado, neste país, só em 1958, sendo 60% dos estudantes portugueses, enquanto que Cabo-Verde conheceu o seu primeiro liceu em 1917. De acordo com Amado (2005), até 1961 a Guiné Bissau possuía apenas onze pessoas com o ensino superior em cursos de licenciatura, mas todas elas com grande influência cultural portuguesa. Isso reflete na distância educacional entre cabo-verdianos e guineenses, consequentemente, os primeiros ocuparam cargos de destaques durante a luta e também no primeiro governo do PAIGC.

O recém-nascido Estado já continha no seu interior as desavenças provenientes no período da luta de libertação nacional que irá dificultar as relações interpessoais entre os próprios dirigentes de PAIGC, e rapidamente começou as reproduções comportamentais semelhante ao do colonizador. Como podemos ver na citação seguinte de Amado:

Outrossim, a jusante e a montante do processo histórico da luta pela de libertação, é ainda preciso assinalar as inúmeras contradições não totalmente resolvidas entre os guineenses, quer as que reportam ao período pré-colonial e colonial, as quais vieram associar-se as contradições geradas no próprio processo da luta anti-colonial, numa mescla de ideários em que coabitam várias heranças culturais com emergente e embrionária consciência nacional, sem que esta sobrepujasse ou fizesse desaparecer qualquer das outras. (AMADO, 2005 p.121)

O PAIGC não conseguiu inverter a parte ruim da colonização, pois mesmo lutando para libertar o país da tirania dos portugueses, ao chegar ao poder optou por centraliza-lo em vez de torna-lo mais abrangente para toda sociedade civil, como apontou Manuel Jauará (2006), que no período pós-independência o PAIGC apresentava a necessidade de aproximar da população para que estes se sintam mais representado, por isso, apelidou os ministérios com nome de comissariados, assim seriam mais próximos ao povo, mas esta nomenclatura só durou três anos, pois nas primeiras remodelações já veio o nome de ministério em substituição ao comissário.

Houve um afastamento das zonas urbanas e rurais e a capital Bissau tornou-se o centro de tudo e levou ao esquecimento e abandono das zonas rurais até os momentos atuais, ou seja, o interior do país passou a ser lembrado só nos períodos das disputas eleitorais. A via que o partido escolheu depois da independência contradiz o plano de desenvolvimento que o Amílcar Cabral⁵ almejava. Este líder propunha o desenvolvimento das agricultura como a forma eficaz de desenvolver o país.

Na perspectiva de Jauará (2006), a subestimação da complexidade da composição étnica na Guiné-Bissau por parte do partido-Estado, pode ser uma das causas que dificulta o processo da construção da nação e da instabilidade política frequente no país. Ainda, segundo esse autor, a relação entre os luso-africanos (intelectuais) e as lideranças etnorurais⁶ (camponeses) é de complexo entendimento, contudo, se falam que os luso-africanos detinham o poder por causa do privilégio de ter uma educação nos moldes ocidentais, mas os etnorurais

⁵ Amílcar Cabral foi um dos conceituado pan-africanista do sec. XX e membro fundador do PAIGC e da nacionalidade guineense.

⁶ Luso-africanos são as pessoas mestiços fruto da colonização, que se considerava pessoas civilizadas e etnorurais são as pessoas nativas da Guiné-Bissau, que vivem no campo.

se matem sempre a resistência por se majoritários, eles compõem 95% da população nacional, enquanto que os luso-africanos só detém 5% da população.

De acordo com Jaurá (2006), falta de descentralização do poder que o PAIGC tinha planejado, não permitiu ascensão ao poder dos etnorurais. O poder era dividido de seguinte maneira: A Assembleia Nacional Popular - A.N.P - era responsável em nomear Conselho de Estado e o Conselho dos comissários do Estado nomeava, respectivamente, a presidência coletiva, dirigida por um dos seus membros, e o governo. Entretanto, essa composição não vai ajudar os camponeses deputados, pois os intelectuais urbanos aproveitando-se do fraco conhecimento destes sobre as leis que acabam elaborando as leis e aos deputados do campo só restavam promulga-la, ou seja, o espaço dos etnorurais era só na A.N.P. Serão os luso-africanos que preservarão as culturas dos ocidentais é que vão liderar o primeiro governo chefiado por Luiz Cabral, meio irmão de Amílcar Cabral, quatorze luso-africanos contra quatro etnorurais que compõe o referido governo. Essas características das lutas internas marcam a fase nascente do novo Estado e se estendem até a contemporaneidade.

O projeto de desenvolvimento pensado por Amílcar Cabral (1967), que seria baseada na agricultura de subsistência, ou seja, criar os métodos para desenvolver as zonas rurais, pois a maioria dos produtos alimentares provinha dessas zonas, mas depois da emancipação, principais projetos de Cabral foram enterrados ou invertidos para o desenvolvimento industrial, que era mais próximo ao mercado liberal.

As mudanças nos planos desenvolvimentista de Cabral, resultaria em problemas, já que o país tem um sistema político e econômico centrado no Estado como principal ator da economia é dependente da ajuda externa, como foi o caso da fome que perdurou na Guiné-Bissau na década 70. Desse modo, a onda reivindicativa, por parte da população, começou e o Estado para agravar os erros cometidos, usou a repressão como a única saída.

As perseguições e detenções não se restringiram só a classe reivindicadora, mas se estendeu para os antigos comandos e as chefias tradicionais que foram aliados dos portugueses e acarretou nos períodos iniciais da construção da nação maiores atrocidades, tais como: aniquilamentos em grupo dos guineenses pelos próprios guineenses, a abertura de valas comuns, fuzilamentos de pessoas em frente da sua família, prisões arbitrárias e torturas.

4 O PRIMEIRO GOLPE DE ESTADO: O MOVIMENTO REAJUSTADOR DE NINO VIEIRA

Esses conjuntos de situações elencadas acima condicionará o primeiro golpe de Estado na Guiné-Bissau, golpe esse intitulado “Movimento Reajustador de 14 de novembro”. Segundo os mentores, era para ajustar os erros cometidos pelo o governo de Luiz Cabral. Portanto, o Golpe encabeçado pelo João Bernardo Vieira (ex-comandante na guerra da libertação nacional e ex-presidente da República da Guiné-Bissau), nesse período também é considerado o fim da era dos *burmedjus* (lusu-africanos ou crioulo) em detrimento dos pretos (etnorurais ou nativos), os primeiros se enquadravam mais na direção do partido e o segundo são grupo pertencente a ala militar. É importante registrar que esse golpe findará o sonho do PAIGC de ter um Estado Binacional, ou seja, de manter a Guiné-Bissau e Cabo Verde unida.

De acordo com Koudawo (2001) esse golpe é o fruto de vários problemas que datam o período da luta para libertação nacional. A citação que se segue nos revela esses principais problemas que causaram o golpe:

As lutas fratricidas de longa data entre a ala militar e a direção política do PAIGC; as contradições entre guineenses e cabo-verdianos em relação ao projeto Binacional, desejado pelo PAIGC, mas mal aceite e mal vividos pelas populações dos dois países destinados à união; as dificuldades nascidas da passagem da teoria do Estado revolucionário à prática administrativa num contexto mal preparado para experiência. (KOUDAWO, 2001 p.131)

As assertivas de Koudawo (2001) revela que depois da independência o partido-Estado necessitava de se consertar internamente para expurgar os erros cometidos e rever os acontecimentos do período da luta da libertação nacional. No entanto, o PAIGC inverteu os seus deveres, ou seja, não priorizou as resoluções das pequenas desavenças internas e optou simplesmente por omitir. Os pequenos problemas acabaram por se transformar em grandes crises, em 14 de novembro de 1980, o povo apoiou esse golpe porque o governo deposto não estava correspondendo com a expectativa que o partido prometia trazer a ele, mas só que não conseguia enxergar que no fundo as crises profundas que o país mergulha tinha por detrás as lutas pelo poder.

Contudo, o período Nino Vieira, após o golpe de Estado de 1980, foi momento esperançoso do povo Bissau-guineense, mas não acabou de distanciar tanto do governo anterior liderado pelo Luiz Cabral. A diferença verificada foi ascensão dos considerados “nativos” ao poder e, conseqüentemente, o afastamento dos luso-africanos dele.

A ideologia governativa permaneceu, ou seja, o abuso do poder aumentou (as perseguições, prisões arbitrárias e assassinatos), por isso que Koudawo (2001) considera esse período de afirmação de um poder pessoal, ou seja, o partido perdeu o seu poder de decisão em detrimento do Nino Vieira. Consequentemente, a forma que a Guiné-Bissau foi governada na sua fase inicial traz à tona uma herança cultural da estrutura colonial muito forte.

Para Jauara (2006), o período de 1980 a 1984 foi dirigido pelo governo de conselho de revolução, presidido pelo Nino Vieira, em maio de 1984 foi aprovada a nova constituição da República e o novo governo encabeçado de novo pelo Vieira. Porém, a fase 1984 a 1989, segundo o mesmo autor, foi marcado pela política de prisão e condenação do vice-presidente da República, Paulo Correia e várias personalidades da etnia balanta, que são majoritárias nas FARP desde o período da luta nacional até presente momento. Com isso, o presidente Vieira perderá o seu alicerce e consequentemente o seu maior aliado da classe castrense. Em 17 de outubro de 1986, deixa uma marca de ódio que está refletindo até os dias atuais, ou seja, foi uma atrocidade que marcou a década 80 na Guiné-Bissau.

Depois de 18 anos no poder, dez em monopartidarismo e oito com abertura política e consequentemente, realização das primeiras eleições gerais, o governo do PAIGC, dirigido pelo então presidente Nino Vieira, não deixou boas lembranças aos guineenses. Do período da abertura política, em 1990, até a realização das primeiras eleições gerais de 1994, o governo do PAIGC, tanto a nível interno quanto externo foi fortemente contestado pela corrupção e uso arbitrário do poder político com sucessivos crises econômicas. (TEIXEIRA, 2006 p 9)

A citação de Teixeira (2006), revela o quanto que a população guineense se revoltou com as implementações tirânicas que o partido único aplicou como ferramenta para permanecer no poder a todo custo. No entanto, a forma que esse partido administrou o país ao longo das décadas só degenerou a situação socioeconômica e bem-estar social dos cidadãos guineense.

Será que é possível falar da fase pós-colonial na Guiné-Bissau? Com esse conjunto de reprodução das práticas dos colonizadores. Uma sociedade que mudou só a forma da subalternidade, mas que continua oprimida, reprimida, subjugada, saqueada pelos seus próprios compatriotas. Um país com 46 anos de independência, que nem pode assegurar o seu orçamento de Estado; um país que nem consegue dar um ensino básico de qualidade ao seus estudantes, um país independente desde 1973, que até o presente momento só tem uma universidade pública, nas condições precárias; sem seguro de saúde e nem hospitais para a maioria da população; um país com tanta riqueza naturais e minerais, a sua população vivendo na extrema pobreza! Será que vale a pena continuarmos a utilizar esse termo pós-colonial? Ou

simplesmente trocamos pelo “país livre da invasão colonial”, com os rastros coloniais permanentes na sua sociedade.

A seção que termina abordou as relações sociais entre os guineenses e os caboverdiano no período da luta de libertação nacional e também as desavenças ocorridas logo nos primeiros momentos depois da independência e, por conseguinte, as discussões do período depois do golpe 14 de novembro de 1980 até as vésperas da abertura política na década 90 do século XX.

A última seção discutirá como se deu o processo da democratização da Guiné-Bissau. Os debates presentes ajudarão a entender como foi esse processo importantíssimo na descentralização política na pátria de Cabral.

5 O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau aderiu à democracia oficialmente em 1994, com a realização das primeiras eleições multipartidárias no referido ano. A partir de 1990 começaram as movimentações para a implementação desse sistema em vários lugares do continente africano, incluindo a Guiné-Bissau. No entanto, para isso acontecer era necessário que o país alterasse diversos pontos da sua carta magna, pois os poderes eram centralizados no regime de partido único, ou seja, na referida constituição dava o PAIGC a regalia de ser a única força partidária dirigente da Guiné-Bissau. Com extinção e a criação de algumas leis, aprovaram e permitiram a criação das outras forças partidárias, dando início oficialmente a abertura política nesse país africano.

De acordo com Cardoso (1995), Amado (2005) e Koudawo (2001), a Guiné-Bissau aderiu ao multipartidarismo por causa das pressões externas, como: Banco Mundial (B.M) e Fundo Monetário Internacional (F.M.I). Após do colapso dos países socialistas na guerra fria, a Guiné-Bissau não teve como se beneficiar mais de apoio dos seus maiores parceiros (a União Soviética, a Cuba e a China) e se deparou com uma grave crise econômica e acabou recorrendo as organizações financeiras internacionais, por duas vezes na década de 80 sem sucesso.

O FMI e BM aplicaram em vários países africanos seu “Programa de Ajustamento Estrutural” com fins de expurgar as crises econômicas, na Guiné-Bissau, o programa foi aplicado a partir de 1983 e só terminou com a liberalização econômica em 1987. O transladar

do sistema econômico acarretou a incompatibilidade entre a liberalização econômica de um lado e do outro lado o sistema político permaneceu centralizado.

As Instituições de Bretton Woods, FMI e BM exigiram em troca dos empréstimos econômico-financeiros que os países africanos abandonassem o modelo socialista de economia centralmente planejada pelo Estado e aderissem o modelo de economia de livre mercado, na qual a presença do Estado é mínimo. As reformas exigidas pelo FMI e Banco incluíam o redimensionamento das grandes empresas estatais que empregavam milhares de trabalhadores e a sua privatização ou alienação pelo capital estrangeiro. Tais reformas impostas de fora para dentro com receitas que nada tinham a ver com as realidades locais incluíam despedimentos em massa de trabalhadores e transformação das empresa e indústrias em sociedades privadas com menos de uma centena de trabalhadores. Países africanos como a Guiné-Bissau que antes eram os maiores produtores e exportadores de castanha de caju, perderam a liderança para países como Índia e Brasil

Como consequências da adoção do modelo de mercado livre, das “receitas do FMI e BM” e de seus planos de reajustamento estrutural, os países africanos e suas economias e sociedades entram em colapso. Com milhares de desempregados, famílias sem fontes de rendimento. Muitos desses países deixam de ser produtores de matérias-primas e mesmo de produtos acabados para se tornarem consumidores de produtos acabados dos países centrais e desenvolvidos da Europa Ocidental e EUA, destruindo suas economias, cooperativas e manufaturas locais. Com isso, as reformas econômicas não tiveram sucesso e a única saída que restava o partido-Estado era aderir ao multipartidarismo.

Ora, nas assertivas de Cardoso (1995), a conclusão que essas organizações chegaram dão conta que a fragilidade econômica que os países africanos se deparavam nos primeiros momentos depois da independência tem a ver com a ausência da democracia e a existência de um partido único. A citação que se segue nos revela de que forma essas organizações internacionais condicionou os países africanos rumo ao multipartidarismo:

Perante o insucesso da política de Ajustamento Estrutural nos países africanos, o Banco Mundial, no seu relatório de 1989, afirmava que para ultrapassar a crise de desenvolvimento em África era necessário “esforços sistemáticos para formar uma estrutura pluralista, uma vontade firme a respeitar, um Estado de direito e proteção forte da liberdade de imprensa e dos direitos humanos”. (AMADO, 2005 p 125)

Todavia, as pressões das organizações internacionais persuadiram o PAIGC a aceitar coabitar com outras forças partidárias, mas não foi fácil para o partido aceitar a verdadeira abertura, pois na visão do partido-Estado a liberalização política seria uma ameaça à

construção da nação porque a Guiné-Bissau é um país composto por diversos grupos sociais, portanto as disputas eleitorais podem conduzir o país numa guerra civil.

Nessa ótica, com o aumento da pressão externa das organizações financiadoras, o partido começou as consultas internas para uma possível abertura, mas como não foi de vontade própria, o partido tentou fazer uma abertura de fachada para obter os recursos dos doadores internacionais. Porém, para isso acontecer ele precisava democratizar internamente a sua casa, porque na altura a convivência interna do PAIGC padecia da tirania. Como aconteceu nas décadas 90 quando os 121 militantes reivindicaram a democratização interna no partido, eles foram expulsos das fileiras do partido.

Segundo Koudawo (2001), no segundo semestre de 1988, o comitê central do PAIGC criou uma comissão alargada para refletir sobre as possibilidades da descentralização política. Na consulta realizada por esta comissão, concluiu-se que tinha os militantes que pretendiam uma mudança verdadeira no seio do partido-Estado rumo as novas competições políticas e que permitia existência das outras forças partidárias.

E um outro grupo, que ansiava uma abertura de fachada porque não tinha como resistir as exigências do FMI e BM, como se sabe, a Guiné-Bissau, até os momentos atuais, é um dos países mais pobres do mundo não tem como descartar as exigências dos seus financiadores, acatou porque vive dependente das ajudas externas.

O período de 1990-91 constitui a antecâmara da abertura. Embora importante, tratava-se apenas de tactear rumo a liberalização. A conclusões do II congresso Extraordinário do PAIGC, realizado em Janeiro-Fevereiro de 1991, <<Renova, unidade nacional e aprofundamento da democracia>>, mostra que nada estava decidido ainda, uma vez que a <<democracia>> que se tratava de aprofundar não era certamente a do sistema pluralista, que nem se quer começara. (KOUDAWO, 2001 p 136)

6 A MULTIPARTIDARIZAÇÃO DOS ANOS 1990

No entanto, o PAIGC só deu o passo gigante à democracia em 5 de Maio de 1991, quando começou a separar as instituições do Estado, despartidou as Forças Armadas Revolucionária de Povo (FARP); a maior força sindical do país a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau (UNTG) e também tirou do referido partido o privilégio de ser a única força partidária do país, através da extinção do artigo IV da constituição da República de 1984, que considerava o PAIGC como a única força partidária dirigente da

República da Guiné-Bissau. Foram nessas condições que a nossa transição política ocorreu: administrada por um partido que internamente não aparenta ser democrático.

O partido-Estado não diligenciou a difusão das informações, do que significava a democracia para diferentes grupos sociais, o significado da democracia até hoje continua imperceptível na sociedade Bissau-guineense até porque, pois o país possui um índice elevado das taxas das pessoas não escolarizadas e também, a classe populacional carecia do significado do termo “democracia”, as suas formas funcionais e as regras do seu jogo, portanto a democracia para maioria dos guineenses é visto como a votação nas eleições.

De acordo com Cardoso (1995), em vez do PAIGC aprovar as leis que permitem a participação dos partidos políticos e conseqüentemente a descentralização do poder, ele continuava com as práticas das suas políticas ditatorial e até que houve alguns confrontos que envolviam as espingardas. Segundo o mesmo autor, a relação entre o partido único e as novas oposições foi agitada⁷, por causa disso, as eleições tiveram que ser adiadas muitas vezes.

Já para Koudawo (2001), esses confrontos entre o partido no poder e a oposição recém legalizada, nos indica que o PAIGC não se conformava em fazer uma abertura clara e respeitando as regras dos jogos democráticos. Ou seja, os partidos que experimentaram o monopartidarismo não aceitavam o sistema que permitia as disputas pelo poder. Do mesmo modo, que o PAIGC mostrava ambição e apego ao poder, aconteceu também em Moçambique e Angola, ou seja, os partidos que conduziram as lutas para a independências nos países africano da língua portuguesa, não estavam interessados a aceitar o pluralismo político.

É inconcebível para a elite da Frelimo perder o poder e, como o mostrou em 2000 (Cahen 2000), ela está pronta a um alto grau de violência para mantê-lo. Pode-se dizer que é porque a elite teme perder os privilégios económicos e sociais: é com certeza isso. Mas não só: há também um forte sentimento de “família”, uma convicção de que foram eles que criaram este país e que, por conseguinte, esse poder pertence-lhes para sempre. É muito interessante ver como, nos textos da Frelimo, a oposição não é atacada simplesmente por ser a oposição, mas porque “põe em perigo a unidade nacional”. Se a oposição, como tal (e não devido a algumas das suas propostas), põe em perigo a unidade nacional, é precisamente por que não faz parte da nação, é um corpo estranho, estrangeiro, que o contexto internacional obrigou a aceitar, mas que não tem legitimidade nacional. (CAHEN, 2015 p.41)

Michel Cahen (2015), sintetizou de uma forma simples e nítida o que era e é a ideologia da FRELIMO, que se assemelhava ao jeito que o PAIGC tratou as oposições desde o período das liberalizações políticas até os momentos atuais, muito embora, que após o conflito político e militar de 7 de Junho de 1998, esse partido perdeu o controle que tinha das

⁷ Confronto entre os apoiantes do PAIGC contra do Movimento de Bafata.

forças armadas, pois depois do caso 17 de Outubro de 1986⁸. Cardoso (1995), o caso 17 de Outubro⁹, deixou a mancha significativa, tanto no plano interno, assim como, no externo ao PAIGC.

É nessa senda, que Koudawo (2001) reiterou que toda a fase que antecede a liberalização política na Guiné-Bissau provém das crises. Compactuarei com ele, acredito que essas crises começaram desde o início da proclamação da República, ou seja, o novo Estado já nasceu com as suas crises proeminentes das matas no período da luta da libertação nacional, que não foram resolvidas de maneiras adequadas.

Com as realizações das primeiras eleições na Guiné-Bissau em de Julho de 1994, o país é considerado institucionalmente democrático. Porém, a forma que a fase da transição foi conduzida não demorou em mostrar que haviam falhas gravíssimas pelo partido (PAIGC), que organizou as eleições.

O PAIGC ganhou as eleições legislativas e também o Nino Vieira, candidato apoiado pelo esse partido, saiu como o vencedor nas presidenciais, mas que foi contestado duramente pelo candidato apoiado pelo Partido da Renovação Social (PRS), Kumba Yala, que alegava fraude na referida eleição. Vale a pena realçar que no período que as eleições aconteceram, Nino Vieira era presidente da República, secretário geral de PAIGC e acumulava funções de chefe de governo e também era o candidato à presidência da República.

Por outro lado, Fernandes (2015) aponta que na democratização de qualquer país é necessário que passe por uma fase transitória de partido único para democracia, e não pular a etapa de partido único para democracia, como aconteceu na Guiné-Bissau. Isso quer dizer, que a nação precisava desenvolver um diálogo em todas as zonas (regiões, sectores e secções) que compõe Guiné-Bissau, porque muita gente não sabe o significado e o funcionamento desse sistema político e organizacional da sociedade.

Como frisou Lars Rudebeck (2001), quando foi confrontado com a compreensão da democracia por um idoso do grupo social mandinga, que embora a democracia é difícil interpretar na língua mandinga, mas o entendimento mais próximo que o velho tem dela é “buscar a felicidade”.

Com efeito, a interpretação equivocada do cidadão Bissau-guineense do grupo social mandinga sobre a democracia, podemos afirmar que as informações não foram difundidas, ou seja, os trabalhos transitórios não foram feitos de maneira adequado. A Guiné-Bissau

⁸ A famosa acusação de golpe de Estado e que houve um período de abandono e aniquilação de vários quadros do partido, a maioria pertencente ao grupo social Balanta.

⁹ Caso de assassinato e prisão arbitrária de altos dirigente do PAIGC, a morte de Viriato Pan e Paulo Correia, este último era primeiro-ministro até quando foram acusados de conspirações de golpe de Estado.

precisava fazer um levantamento ou inquérito desde as regiões, sectores e até nas seções para saber o que a população local entendia pela democracia, esclarecendo-a o verdadeiro significado. Portanto, como as coisas foram feitas de maneiras inversas e apressadas, isto, acabou por deixar alguns vazios e desinformações no país inteiro do que significa a democracia, sobretudo, nas áreas rurais.

Além disso, tem problema de obrigatoriedade, pois o PAIGC tentou resistir a abertura de uma forma disfarçada. Segundo Koudawo (2001), apesar das pressões tanto internas como externas sobre a liberalização política, ainda houve morosidade por parte do partido único que não via com bons olhos o multipartidarismo.

Portanto, para complicar ainda mais o processo que estava um pouco débil, no dia 17 de Março de 1993, assassinaram um dos homens fiéis do presidente Nino Vieira, o Major Robalo de Pina. Com isso, as tensões políticas se agravaram e um dos líderes da oposição, João da Costa do Partido para Renovação e Desenvolvimento (PRD) foi acusado de conspirador de golpe e foi preso, isso acaba por condicionar o adiamento várias vezes das eleições, que só teve lugar no segundo semestre do ano 1994.

É nessas condições, que o partido-Estado vai organizar as primeiras eleições, e é nesse sentido, que Koudawo (2001) considera essa fase de “abertura ameaçada”, ou seja, as culturas políticas da Guiné-Bissau, passam a ser resolvidas mais com a violência do que diálogo, pois o partido que governou e organizou as primeiras eleições nesse país africano era um partido armado até as vésperas das eleições.

Pois bem, as eleições foram organizadas entre Julho e Agosto de 1994 e teve o PAIGC como vencedor das legislativas e o candidato Nino Vieira, que foi apoiado pelo referido partido como mais votado entre os dois finalistas do segundo turno. O candidato apoiado pelo PRS, Kumba Yala, não deixou de criticar a forma como as votações foram feitas e também houve várias contestações pela oposição guineense.

Portanto, a forma que o PAIGC organizou o referido escrutínio havia muitas indícios de violação das regras democráticas, como salientou Cardoso (1995), que além das perseguições políticas vivenciadas na altura, também o partido no poder acabou por bloquear os partidos de oposições de acesso aos órgãos da comunicação social.

E ainda, acusou os jornais, que esses só passavam as informações dos partidos recém criadas, o governo de PAIGC mandou tirar no ar os jornais *Nô Pintcha*¹⁰ deixou de emitir desde o dia 18 de Maio de 1994 e que voltou a funcionar só depois de dois meses após as

¹⁰ Jornal pertencente ao Estado e que atuava de uma forma imparcial.

eleições. Outro jornal que, também, foi alvo foi o Correio de Bissau, que parou de informar desde 4 de Junho e voltou a difundir as informações só em 30 de Junho. Cardoso (1995) destacou que o próprio presidente da República falou publicamente num dos comícios de que os jornais que eles pagavam não podiam endereçar críticas aos seus patrões ou passar as informações dos seus adversários políticos.

Por outro lado, Cardoso (1995) salienta que a oposição guineense foi uma oposição enfraquecida, pois na altura tinha doze forças partidárias na Guiné-Bissau, em vez de se unir para desestabilizar o PAIGC, eles acabaram por entrar em confrontos entre eles. Entretanto, no início se organizou em um fórum de concertação que reunia os quatro partidos: o Frente de Libertação para a Independência Nacional da Guiné (FLING), o Partido da Convergência Democrática (PCD), o Partido Democrático do Progresso e o Partido da Renovação Social (PRS), esses partidos não foram longes com a coaligação por causa das ambições hegemônicas dos seus líderes. Ainda segundo esse autor, alguns partidos como PCD e Movimento de Bafata que eram as duas forças partidárias mais destacadas, se viram mais como os adversários políticos do que aqueles que compunham a mesma luta, e também descartaram o apoio das outras forças da oposição. As lutas internas entre as oposições acabou por refletir nas urnas, pois estes só alcançaram 38 mandatos num universo de 100 mandatos que a Assembleia Nacional Popular suportava. A vitória do PAIGC com 62 deputados nas primeiras eleições deu-lhes o poder de manter a sua hegemonia de mando e desmando, dessa vez não no sistema monolítico, ou seja, no período do partido único, mas sim, no sistema multipartidário e democrático.

7 A GUERRA-CIVIL DE 7 DE JUNHO DE 1998

Após as eleições pluripartidárias na Guiné-Bissau, o governo de PAIGC ascendeu ao poder num sistema muito diferente desta vez, pois eles vão lidar agora com um processo mais complexo, porque desta vez vai receber as críticas e fiscalizações dos órgãos da soberania, da oposição e também da classe social vigente. No entanto, após três anos e onze meses do seu mandato, as falhas das fases da transição política e de abuso de poder deste partido, sobretudo, do presidente Nino Vieira, resultou numa guerra civil em 7 de Junho de 1998.

Depois de 11 meses de uma guerra sangrenta que dizimou muitas vidas civis e militares, o governo do PAIGC e também a presidência de Nino Vieira foram destituídas por militares de Junta Militar, liderado pelo Ansumane Mané e os seus aliados militares que

brigaram contra os colonizadores portugueses e foram subjugados e esquecidos pelo regime de Vieira, após a independência.

Após 7 de junho de 1998, a esperança dos guineenses floresceu, pois foi o período que a Guiné-Bissau instrumentará pela primeira vez uma outra força partidária. Como sabemos, que o mandato do PAIGC não conseguiu trazer as mudanças socioeconômicas para o país, e além disso, também inverteu o plano de desenvolvimento planejado pelo Amílcar Cabral, que propunha o desenvolvimento das agriculturas locais, para extinguir a pobreza. Estes chegaram ao poder optaram por criar as indústrias. Portanto, partido-Estado acabou por cair nos erros de imitabilidade dos métodos de desenvolvimento dos países capitalistas. Entretanto, esses métodos não teve sucessos e obrigou a Guiné-Bissau a cair nas dívidas elevadas.

Ora, se as elites políticas não caíssem nas falhas de que a industrialização poderia nos aproximar rapidamente das nações desenvolvidas, a Guiné-Bissau hoje não estaria nas condições de dependências que se encontra. A aplicação dessa forma de desenvolvimento deu errado, e obrigou o país a diminuir as produções agrícolas e, isso obrigou o êxodo das populações dos campos para centros urbanos. Por causa disso, as dívidas externas aumentaram e cairmos no colapso econômico. A citação seguinte de Carlos Cardoso, nos leva a entender o que era preciso fazer para evitar essas falhas cometida nos períodos pós independência:

A interiorização do desenvolvimento, evita a destruição da organização e estrutura social e econômica tradicionais no campo, tirar partido das eventualidades dessas formas de organização social e econômica, que fazem parte da cultura mais profunda de povo guineense, promover uma transição gradual para formas mais evoluídas nas tabancas (CARDOSO, 1995 p.261)

A aplicação dos planos de desenvolvimento errado levou o país a estagnar e depois de algumas décadas em vez de progredir, a Guiné-Bissau está a retroceder cada vez mais. Por causa dessas crises que o país viveu ao longo das primeiras décadas da independência, que não alterou em nada também após a entrada da Guiné-Bissau no sistema democrático, levou as classes sociais guineense a aplaudir e apoiar as forças da Junta Militar, pois esses prometiam trazer a “justiça”, que era inexistente no governo do PAIGC, e também propunham mudanças, mas as coisas não ocorreram como previa.

Adentramos nesse regime político, mas quatro anos depois fomos surpreendidos por outro conflito político e militar no sistema democrático! Esse golpe de Estado foi liderado

pelo Ansumane Mané, líder da Junta Militar, que derrubou o regime do presidente em exercício, João Bernardo Vieira.

8 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E LEGISLATIVAS DE 1999: A VITÓRIA DA OPOSIÇÃO LIDERADA PELO PRS E KUMBA YALA

Com o término do conflito, a Guiné-Bissau realizou as eleições presidenciais e legislativas em Novembro de 1999 para restituir as normas constitucionais. Eleição essa que foi vencido pelo presidente Koumba Yalá e o seu partido PRS (governo de Kumba Yalá, marcado por crises internas, substituições constantes de ministros, instabilidade dentro do próprio governo). O novo presidente eleito foi derrubado por um golpe militar após os seus três anos no poder pelo General Verissimo Correia Seabra, alegando que este levava o país a caos, pois havia muita corrupção e desvio dos bens públicos e os ministros que compunham o governo na verdade eram inexperientes, pois foi a primeira vez que eles tinham acesso aos cargos dos aparelhos estatais.

Segundo Amado (2005), o governo do PRS era comparado com o primeiro governo de PAIGC em 1974, pois os ministros presentes ali também tinham dificuldades e falta de conhecimento burocráticos, ou seja, não tinham noções básicas para administrar o país.

A Junta Militar derrubou o regime de Nino Vieira e a sua cúpula e nitidamente libertou os guineenses de um regime constrangedor e abusivo, mas também foi um período de afirmação do poder militar na Guiné-Bissau. A intervenção dos militares guineenses nos assuntos políticos multiplicou a partir desse momento, ou seja, desde o início da fundação do Estado Bissau-guineense os militares interferiam nos assuntos políticos, porque eram braços armados de PAIGC e contribuíram significativamente na luta contra os colonizadores portugueses. Mas, isso não lhe davam os direitos de violar e desrespeitar o poder político, como acontece nos períodos depois do 7 de Junho de 1998, até o presente momento. Segundo Koudawo (2001), o antigo chefe do Estado Maior das Forças Armadas tinha montado gabinete na presidência para controlar o presidente Yala. Este foi derrubado na ausência de Mané pelo seu ex-vice chefe de Estado Maior, que subiu o comando das forças armadas após a morte do seu antecessor.

A Guiné-Bissau voltou as urnas em 2004, para escolher o novo governo através das eleições legislativas, o PAIGC ganhou e voltou ao poder após seus quatro anos na oposição e, em 2005, teve outro pleito, desta vez às presidências, que elegeu Nino Vieira, o presidente

deposto em 1999 pelas forças da Junta Militar. Este que ficou seis anos no exílio político em Portugal voltou e ganhou as eleições presidenciais.

Não obstante, depois de um ano, no poder, Nino Vieira exonerou o governo do PAIGC, liderado pelo Carlos Gomes Junior, mais conhecido por CADOGO, por causa dos problemas pessoais, o país que estava caminhando na normalidade constitucional voltou a instabilidade governativa.

9 O GOLPE DE ESTADO DO ANO 2009 E O RETORNO À CRISE POLITICO-MILITAR

O derrube de governo vindo das eleições em 2004, logo em 2005 por então presidente Nino Vieira, organizou-se em 2008 as eleições legislativas na Guiné-Bissau e o PAIGC ganhou de novo sob a liderança de Carlos Gomes Junior, que começou as funções em Janeiro de 2009, entretanto este voltou com o intuito de retaliar e, conseqüentemente, as ondas dos golpes ressuscitaram.

No primeiro e segundo dia do mês de março de 2009, houve um outro golpe militar que ceifou a vida do presidente da República João Bernardo Vieira e o de chefe do Estado Maior das Forças Armadas, General Tagme Na Wai.

Por essas razões, os guineenses foram impulsionados a ir às urnas mais uma vez no segundo semestre de 2009. A eleição foi ganha pelo candidato apoiado pelo PAIGC, Malam Bacai Sanhá, que por problemas de saúde, faleceu em Janeiro de 2012. Passando três meses após o desaparecimento físico do então presidente da República, aconteceu o último golpe de Estado até a data presente naquele país africano.

Desde essas épocas citadas acima até os dias atuais, a Guiné-Bissau não consegue entender que rumo deve tomar, ou seja, qual é o caminho certo a seguir. O país passa a ser refém da sua própria classe política e passamos a sofrer as conseqüências dos dirigentes inidôneos e com a falta de vontade de resolver os problemas das sucessivas instabilidades criadas por eles mesmo, razão pela qual, estamos vivendo sem as condições mínimas que um Estado deve garantir a sua população (a segurança, a educação, saúde, infraestruturas, emprego, etc.,).

Não obstante, após o golpe de Estado em Abril de 2012, liderado pelo então Chefe de Estado Maior e General das Forças Armadas, Antônio Indjai, o regime de Carlos Gomes Junior foi derrubado e cedeu ao poder aos políticos e estes formaram o governo de transição

que durou dois anos. Esses dois anos foram de atrocidades na Guiné-Bissau, ou seja, foram épocas que as nossas florestas foram devastadas e os recursos haliêuticos foram penhorados aos empresários estrangeiros.

Portanto, escaparmos do abuso de poder e das pilhagens dos governos de transições. Só depois das eleições de Abril e Maio de 2014, que os eleitores guineenses deram maioria absoluta aos homens do PAIGC no parlamento e conseqüentemente, o candidato à presidência, José Mario Vaz, apoiado pelo mesmo partido.

10 2014: O GOVERNO DE JOSÉ MÁRIO VAZ (JOMAV)

A maioria dos guineenses pensavam que o PAIGC não teria entraves no parlamento e teria uma governação estável, porque o presidente da República era membro do referido partido que tinha 57 deputados dos 102 mandatos que compõem o parlamento guineense. Como podemos ver, que esse número dava o poder de elegibilidade do seu programa de governação. Mas as coisas não foram assim, o governo eleito foi derrubado pelo presidente que eles mesmo ajudaram a chegar ao poder. O presidente da República, José Mario Vaz alegou que as relações interpessoais entre ele e o primeiro-ministro, Domingos Simões Pereira eram incompatível.

O vazamento das informações da pretensa destituição do governo fez com que a população saísse as ruas pedindo que o presidente não derrubasse o governo, mas este ignorou o povo e só se pronunciou depois do decreto que exonerou o primeiro-ministro, Domingos Simões Pereira.

No discurso à nação do presidente, ele frisou que “o poder pertence ao povo, mas não é para estes exercer-lo nas ruas, porque o povo tem os seus representantes”, essa fala me deixou inquieto, porque parece que o presidente desconsiderou o poder do povo e ao mesmo tempo afirmou o que Qathafi (2002), que após o povo depositar os votos nas urnas o seu poder acaba ali.

A queda do governo vindo dos escrutínios de 2014, agravou as crises que o país enfrentava ao longo de quatro décadas. A crise que iniciou em 2014, entre o presidente José Mario Vaz e o Primeiro-Ministro Domingos Simões Pereira tem a ver com as questões pessoais e não, como alegou o presidente, com a corrupção no governo, nepotismo e peculato.

No entanto, as alegações dele foram descartadas pelo chefe de governo que lhe pediu para apresentar as provas das suas acusações, mas este insistiu e derrubou um governo que

havia acabado de sair das eleições apoiadas monetariamente e materialmente pela comunidade internacional, que viram seus esforços desperdiçados.

Na verdade, a crise vigente em 2014, não era suficiente para o presidente da República destituir o governo, pois segundo a Constituição da República da Guiné-Bissau, artigo 68º alínea g) pode nomear e exonerar o Primeiro-Ministro, tendo em conta os resultados eleitorais e ouvidas as forças políticas representadas na Assembleia Nacional Popular. Mas, o presidente da República pode exonerar o Primeiro-Ministro só quando houver grave crise que dificulte o funcionamento das instituições do Estado. Porém, todos os Presidentes da República da Guiné-Bissau têm se apropriado desse artigo da Constituição para demitir o governo vindo das eleições para nomear um governo de seu agrado. Tirando Malam Bacai Sanhá, que não terminou o seu mandato, porque faleceu após uma doença prolongada, um dos problemas que dificulta a consolidação democrática na pátria de Amílcar Cabral, é o sistema de governo semipresidencial que acaba sempre chocando com os poderes atribuídos ao presidente na Constituição da República.

11 O SISTEMA SEMIPRESIDENCIALISTA GUINEENSE: DISPUTAS DE PODER E COMPETÊNCIAS ENTRE O PR E O PM

Nesse sentido, Aníran Kafft Kosta (2016) afirma que os conflitos entre os chefes de Estado da Guiné-Bissau e dos chefes de governos acabam sempre em crises, e hoje se torna num ciclo vicioso de exoneração dos governos pelos presidentes ou inversamente os primeiros ministros apoiam nos militares para golpear os presidentes. Portanto, o autor afirma que uma das bases dessa crise perpétua pode ter a ver com a inadequação do sistema de governo.

O sistema de governo vigente na Guiné-Bissau é semipresidencialista, que divide o poder entre Presidente, Governo e o Parlamento. Nesta organização, o governo é responsável pelas execuções políticas perante o presidente da República e Assembleia Nacional Popular. Pois o papel do presidente aqui é reduzido. E ainda, segundo Kafft Kosta (2016), a Guiné-Bissau nos períodos depois da independência sempre teve as segundas figuras depois do Presidente, mas a tendência à adesão ao semipresidencialista foi após o golpe de Estado perpetuado pelo Nino Vieira, em 1980, porque se defende que um dos motivos desse golpe era para descentralizar o poder, porque os poderes eram concentrados no presidente Luiz Cabral.

O Presidente Nino, depois da sua ascensão ao poder, inverteu esses motivos porque ele acabou por acumular o poder mais do que o seu antecessor, ou seja, todos os Presidentes eleitos na Guiné-Bissau tentaram acumular o poder ou acabam por usurpa-lo ou interferir diretamente no governo. A citação que se segue de Kafft Kosta, ilustra detalhadamente como estes descartam a promulgação das leis que dão mais poder ao cargo do Primeiro-Ministro:

Em 2001, já em pleno período multipartidário, a Assembleia Nacional Popular, em coordenação com o Primeiro-Ministro, aprova um novo texto constitucional contemplando maiores poderes para o cargo de Primeiro-Ministro. Esta Lei Constitucional nunca foi promulgada pelo Presidente da República. O desentendimento entre a Assembleia e o Presidente nesta matéria resultou num impasse entre o executivo e a Assembleia. Kumba Yalá simplesmente não promulgou e nem vetou. Engavetou. Na nova Constituição, os poderes presidenciais eram substancialmente reduzidos, em especial era retirado a faculdade do Presidente poder presidir ao Conselho de Ministros, eliminando desta forma a ambiguidade do Primeiro-Ministro ser o Chefe de Governo e em simultâneo o presidente poder, quando entender, presidir as reuniões deste órgão. Este conflito terminou com a dissolução da Assembleia pelo Presidente Kumba Yalá. (KAFFT KOSTA, 2016 p.31)

No entanto, podemos ver que todos os Presidentes da República da Guiné-Bissau, com a exceção de Malam Bacai Sanhá, mostraram o seu apego ao poder, mas só que o sistema do governo que o país escolheu existem separações dos poderes.

Nesse sistema os poderes do Presidente são mais simbólicos do que executivos, mais mesmo assim acabam por querer participar ativamente na governação, pois em termos hierárquico os seus poderes estão acima do Primeiro-Ministro, mas, quem manda no executivo é o Primeiro-Ministro. As vezes os entraves entre essas duas figuras do Estado começam quando o Presidente da uma ordem que não é da sua competência e o chefe de executivo não acata.

Um outro problema que torna a nossa democracia instável é a interferência dos militares nos assuntos políticos. Como aponta Nóbrega (2015), as Forças Armadas da Guiné-Bissau nasceu em 1964, no congresso de Cassacá com a guerrilha do PAIGC, participavam nas decisões políticas porque fazia parte da estrutura do partido que ajudou o país a se emancipar, mas essas questões históricas não pode lhes impedir de se adequar ao novo sistema político, pois quando o país estava adentrando na democracia as forças armadas foram despartizadas.

Como se sabe, as Forças Armadas contribuem para chegar e conservar o poder, por isso os políticos os apoiam para alcançar o poder, mesmo quando não foram legitimados pelos eleitores. Com a situação das instituições de justiça fraca ou inexistente no país, alguns

militares acabam interligados com os políticos corruptos e inidôneos para violar as ordens constitucionais e formar governos ilegítimos, porque esse tipo de governo sempre carecem de controle, assim se aproveitam das ilegalidades para se apropriar das coisas públicas e ter vidas luxuosas. Contudo, os militares não são quem escolhem claramente quem manda ou quem deve mandar, mas eles constituem uma das peças cruciais que os partidos políticos precisam utilizar para ter uma ascensão ao poder assegurado.

A disputa pelo favor dos militares faz parte do jogo político. Quem está no poder não pode descurar esse aspecto sob pena de cumprir apenas os primeiros e curtos meses do seu mandato; quem é oposição e tem pretensões de chegar ao poder, a todo custo, visa estimular o descontentamento castrense e que estes corram em seu favor. É um jogo perigoso. (NÓBREGA, 2015 p 107)

O problema da instabilidade política na Guiné-Bissau cria um imaginário que a realização das eleições não resolve, pois quando são realizadas a escolha da população não é respeitada. Portanto, perder as eleições na Guiné-Bissau, não significa ficar quatro anos fora do governo, pois poderá chegar ao poder por vias ilícitas como estão acontecendo constantemente nesse país do continente africano. Na Guiné-Bissau, desde a sua entrada na democracia, nenhum governo conseguiu terminar os quatro anos do mandato que a lei lhes conceda através dos pleitos. De acordo com o autor citado acima, as Forças Armadas da Guiné-Bissau estão desestruturadas e isso leva os militares guineenses a inverterem os seus papéis, que é de defender a pátria e garantir a segurança dos poderes constitucionais.

As cíclicas falhas perigosas destes acontece sempre quando sintam ameaçadas por figuras políticas que não são da sua agrada, mesmo que o povo legitima estes a dirigi-lo. Como aponta Nóbrega (2015), que em 1999, o então general das forças armadas Ansumane Mané, mandou vetar a candidatura do Manuel Saturnino Costa (antigo combatente e primeiro-ministro na era Nino Vieira), às presidenciais do PAIGC e ordenou que este ficasse em casa. Da mesma forma, o sucessor de Mané no cargo, Veríssimo Correia Seabra em 2004 mandou impedir o chefe de governo, Carlos Gomes Júnior, de nomear o Aristides Gomes nas funções de defesa ou negócios estrangeiros, pois este tinha relações de proximidade com o ex-presidente da República, Nino Vieira. Do mesmo modo, o General Tagme Na Waie, que subiu ao poder após assassinato de Verissimo, ordenou o veto da nomeação do Baciro Dabó para o cargo de conselheiro do presidente da República. Essas práticas são comuns na Guiné-Bissau, principalmente, a interferência das Forças Armadas na formações do governo

As relações entre civis e militares na Guiné-Bissau deterioraram-se de forma significativa na última década, devido à ingerência constante dos militares na vida política, às divisões no seio das Forças Armadas e à destruição do profissionalismo no sector da segurança. (O'REGAN & THOMPSON, 2013 p.6)

A citação anterior de O'Regan & Thompson (2013), revela a má relação existente entre a sociedade civil e a classe castrense, pois o primeiro acusa o segundo como fator principal da instabilidade no país por causa dos golpes de Estado que são executados por estes. Na verdade, sempre tem os políticos por detrás dos referidos golpes, embora os últimos 5 anos, 2014 à 2019, os militares limitaram as suas interferências, mas isso não significa que estão totalmente isentos dos assuntos políticos. Como reiterou Carlos Lopes (2019), que “não é que os militares deixaram de interferir nos assuntos políticos, mas sim, agora eles sabem interferir”, numa entrevista no jornal o Público.

No entanto, a democracia guineense precisa ser reestruturada porque não podemos estar num sistema democrático onde a voz da maioria é subestimada, desrespeitada e ignorada pelas elites políticas e militares. Os grupos detentores de poder fazem alianças com a sociedade civil só nos períodos que necessitam de votos nas disputas eleitorais e quando chegam ao poder reprimem o povo quando há manifestações públicas, por exemplo. Por isso, vale a pena questionar: será que podemos chamar o sistema vigente na Guiné-Bissau de democrático? Na minha perspectiva estamos na *golpecracia*¹¹ e não a *demos + cracia*.

Para que a democracia tenha maiores possibilidades de se consolidar, parece ser necessária a existência de uma forte correspondência entre um projeto democrático na esfera da sociedade civil e projetos políticos na esfera da sociedade política ou Estado. Na ausência dessa correspondência de uma ação relacional decorre a criação de alianças de caráter instrumental nas relações entre os setores da sociedade civil e do Estado. No entanto, a possibilidade de cooperação entre a sociedade civil e o Estado não está isenta de conflitos, de pressões, de reivindicações e jogos de forças que constituem o terreno de disputa onde se dá o processo de construção democrática. (DAGNINO apud TEIXEIRA 2016, p 118)

No entanto, a citação do Teixeira elucidada os exemplos imprescindíveis que a nossa nação pode entender de que forma a nossa democracia seguirá os caminhos da consolidação. Portanto, para a nossa democracia se consolidar é necessário que os militares se submetam e se afastem do poder político, bem como, as pessoas que participam da política precisam ter a vontade de resolver os problemas políticos na base e nas regras que esse sistema prevê, e não resolve-la da forma inversa.

¹¹ Golpecracia é o conceito criado pelo próprio autor, pois o poder na Guiné-Bissau não é do povo mais. Quando estes fazem as suas escolhas, os golpistas apropriam desse poder de maneira ilícita. Então, como cracia na língua grega significa poder, por isso, juntei o golpe com a palavra cracia, ficaria o poder do golpe.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia guineense é representativa, o chefe de Estado é o Presidente e o Primeiro-Ministro chefe de governo. Portanto, o governo é responsável por poder executivo e também juntamente com Assembleia Nacional Popular responsabilizam do poder legislativo e, o poder judicial é de responsabilidade dos tribunais, por isso é independente. Mas, só que no caso guineense os três órgãos da soberania: Executivo, Legislativo e Judicial sempre estão sendo usurpados pelos presidentes da República. Estes por serem chefes de Estado acreditam que os seus direitos estão acima das leis. O desrespeito à constituição da República na Guiné-Bissau já está tornando num ciclo vicioso e por outro lado, os militares guineenses sempre interferem nos assuntos políticos que constitucionalmente é errado e, acabam fazer parte dos conflitos que podia ser resolvida nos campos políticos e em via da lei, como a democracia prevê. Esse é um dos fatos que torna a nossa democracia frágil e longe de se consolidar.

Podemos afirmar que o processo da democratização na Guiné-Bissau, não foi feita por consciência própria do partido no poder, ou seja, o partido único foi forçado e pressionado a abrir a economia e conseqüentemente aderir a democracia pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). A Guiné-Bissau se converteu a democracia num momento muito crítico da sua economia e também cometeu o erro de não propagar o seu significado e os pressupostos que ela carrega em si, como podemos ver na percepção dela pelo individuo do grupo social Mandinga, que é “buscar a felicidade”. Se fomos analisar essa busca da felicidade dita por ele, chegaremos a ideia do bem-comum, que nunca existiu! O bem-comum dito na democracia pode ter significado diferentes em cada espaço geográfico, até na mesma família, pois, cada um pode ter a ideia do que é bem-comum para si, portanto, a busca da felicidade do homem pertencente ao grupo social Mandinga pode ter sentido ambíguo no mesmo grupo social.

Ora, é necessário indagar a volta da própria democracia: para que serve a democracia na sociedade guineense? Qual é a relevância da democracia na Guiné-Bissau? São questões que convido a todos os guineenses a refletir comigo. Será que na democracia a violência deve prevalecer ou é porque a Guiné-Bissau é um país que foi imposto a democracia numa forma violenta pelas organizações internacionais, sem pensar na crise política e econômica que o país vem atravessando desde a sua nascença; crises essas que gerou vários golpes de Estado; ceifou vidas humanas e conduziu o país numa pobreza extrema há mais de quatro décadas.

Esse conjunto de situações levou os grupos dirigentes da Guiné-Bissau, a naturalizar as violações dos direitos humanos e da nossa Carta Magna, pois os tribunais que deviam ser

os órgãos crucias para resolver as desavenças num sistema democrático estão paraplégicos, pois além não ter condições mínimas para fazer a justiça funcionar, também tem problema da falta de segurança. Os motivos das quedas dos sucessivos governos é na nada mais que a luta incessante de milhares de pessoas que fazem da política o seu posto de trabalho, ou seja, lugar onde possam se enriquecer de uma forma rápida, mas que tem pouca vaga para todo esse universo de pessoas, assim a luta para esses cargos públicos geram intrigas, calúnias, difamação, morte e recurso aos espíritos obscuros, nesse ensejo, acredito que prejudica de uma forma direta a democracia e os seus agentes e isso gera sobressaltos, golpes e quedas de governo, que poderia ser travado, se tivermos um poder judicial eficaz.

Para terminar, precisamos reinventar o significado da própria democracia no nosso país para que ela possa ser estável, quer dizer que precisamos pra além dos princípios democrático como a de participação popular, precisamos incorporar segmentos tradicionais da nossa própria cultura, como apontou Kumba Yala, que a democracia precisa respirar o ar interno de cada país. Para tanto, a participação dos poderes tradicionais na tomada de decisões deve ser indispensável e, também, devemos criar os núcleos regionais conforme a configuração social do grupo predominante em cada região e sector na condução e resolução de matérias específicas inerentes às suas demandas, em vez de só os deputados nos parlamentos decidirem para milhares de pessoas sem a participação popular desse núcleo regional e setorial. Com isso, resolvemos muitos conflitos que por vezes surgem em decorrência de falta de representatividade e também de exclusividade, pois estamos numa sociedade onde os lugares das mulheres e dos jovens na política estão ainda no segundo plano, os lugares estão disponíveis só para os homens adultos, que continuam nas lutas pelos pequenos cargos que só atividade política partidária oferece para um núcleo de milhares de pessoas.

REFERÊNCIAS

AMADO, Leopoldo. Guiné-Bissau: **30 anos de independência**. Africana studia, n°8, 2005. Edição da Faculdade de Letras do Porto.

DAHL, Robert. **A democracia e os seus críticos**. Ed. WMF Martins Fontes Limitadas, São Paulo, 2012.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro. Ed. Elsevier, 2000.

CAHEN, Michel. **Pontos comuns e heterogeneidade das culturas políticas nos PALOPS**. Ed. UFPR, Curitiba, volume 62, n. 1, p. 19-47, jan/jun. 2015.

CARDOSO, Carlos. **Transição Democrática na Guiné-Bissau um parto difícil**. Instituto nacional de estudos e pesquisas, Bissau, 1995.

DUMAS TEXEIRA, Ricardino. **Transição Política na Guiné-Bissau**. 2006. Monografia (Graduado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2006.

DUMAS TEIXEIRA, Ricardino Jacinto. **Estado e Sociedade Civil em Cabo Verde e Guiné-Bissau: Duntamon para novas**. Cadernos de Estudos Africanos, n:31, Janeiro-Junho, Lisboa, Portugal. 2016, pp. 114-141.

FELIPE MIGUEL, Luís. **A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo***. Revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, Vol.45, n° 3, 2002.

FERNANDES, Jorge Mário. **Guiné-Bissau e os Limites da Consolidação Democrática e do Estado de Direito**. Maceió, 2015.

JAUARÁ, Manuel. **Os luso africanos e etnorurais disputam o poder na Guiné-Bissau***. Comunicação apresentada ao IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro sob o lema “As Ciências Sociais e os Desafios das Sociedades em Desenvolvimento”. Luanda, Angola, 28 a 30/11/2006.

RUDEBECK, Lars. **Colapso e Reconstrução Política na Guiné-Bissau 1998-2000**. The Nordic Africa Institute, Uppsala, 2001.

KAFFT KOSTA, Aníran Y. Perreira. **A Problemática do Sistema de Governo na Guiné-Bissau**. Trabalho de investigação apresentado no âmbito do Mestrado em Direito: Especialidade em Ciências Jurídico-Forenses, Coimbra, 2016.

KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal**. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa, Bissau, 2001.

NÓBREGA, Alvaro Correia de. **Guiné-Bissau: um caso de democratização difícil**. Instituto superior de ciências sociais e políticas, Lisboa, 2015.

O'REGAN, Davin & THOMPSON, Peter. **Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África**. Relatório Especial do CEEA Nº 2, Whashington, D.C, 2013.

QATHAFI, Muammar Al. **O livro verde**. Ridendo Castigat Mores, 2005.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo Socialismo e Democracia**. Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961.